

INFORME DA MISSAO DE VERIFICAÇÃO  
DOS IMPACTOS PETROLEIROS NA RESERVA  
DA BIOSFERA YASUNI /TERRITORIO  
HUAORANI

## ÍNDICE

1. ESTRUTURA E PLANEJAMENTO DA MISSAO
  - Objetivos da Missão de Verificação
  - Justificação
  - Componentes da Comissão Internacional
2. DESARROLLO DE LA MISION
  - Processo de organização da missão
  - Lugar de verificação
3. INFORMAÇÃO DE QUE DISPUNHA A MISSAO
4. OBSERVAÇÃO COMPARATIVA DEPOIS DA VISITA

### Bloco 16: Repsol YPF

- 4.1. Sobre a "Estrada Maxus"
- 4.2. Sobre a situação laboral dos trabalhadores
- 4.3. Estações e poços
- 4.4. Oleodutos
- 4.5. Impactos socioambientais
- 4.6. Impactos no processo organizativo do povo Huaorani
- 4.7. Outros problemas relacionados: a destruição da selva (extração madeireira)

### Bloco 31: Petrobrás

### Bloco 14: Encana

5. CONCLUSOES DA MISSAO

## 6. PROPOSTAS DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE VERIFICAÇÃO

### 1. ESTRUTURA E PLANEJAMENTO DA MISSÃO

#### a. Objetivos da Missão Internacional de Verificação sobre os impactos da atividade petrolífera no Parque Nacional Yasuní

O Parque Yasuni, local de ingresso da Missão Internacional de Verificação, foi criado em 1979 mediante Acordo Interministerial #322 de 26 de julho de 1979, com 679.730 ha., dos quais uma terça pertence historicamente ao Povo Huaorani. A despeito disso, em 2 de abril de 1990 (Registro Oficial número #408) foi excluída dos limites do Parque a zona hidrocarburífera (bloco 16), tornando-se parte do Território Huaorani.

O objetivo da Missão foi avaliar os impactos ambientais das atividades petrolíferas. Ingressamos as zonas operadas pelas empresas REPSOL- YPF, Encana e nos futuros campos da Petrobrás durante os dias 1, 2 e 3 de agosto de 2004. O bloco 16, operado por Repsol-YPF, se encontra no interior da Reserva da Biosfera Yasuní, formada pelo Parque Nacional de mesmo nome e pelo Território Huaorani. Aproximadamente 23% da extensão do bloco está no interior do Parque Nacional. O Bloco 31, operado por Petrobrás, se encontra inteiramente dentro do Parque Nacional, no núcleo do mesmo. Encana se encontra no Bloco 14, que contém 65% do Parque Nacional.

Ainda que existam outras operações dentro do Parque, a missão escolheu estas por considerar que aportariam elementos suficientes sobre o estado ambiental do Parque e as operações petrolíferas realizadas sob a oferta de "tecnologia de ponta" e "excelentes relações comunitárias"; ofertas que permitiriam, em um momento, abrir as áreas de conservação a atividade petrolífera, apesar de ser uma das que mais riscos oferece do ponto de vista socioambiental.

Esta visita, portanto, teve como propósito verificar as condições materiais em que se está produzindo a exploração petrolífera; identificar o impacto de sua infraestrutura; assim como tomarmos conhecimento dos impactos sociais e culturais destas operações no Território Huaorani.

De igual modo, se obteve informação que permitiu, concretamente as pessoas estrangeiras que participaram da Missão de Verificação, uma melhor compreensão do papel das empresas estrangeiras na realidade equatoriana, especificamente, das implicações ecológicas e sociais que a exploração petrolífera tem para o país.

#### b. Justificação

Por que deveriam cidadãos estrangeiros verificar as condições materiais da exploração e transporte do petróleo equatoriano?. A isto pretendemos responder.

Em primeiro lugar, porque as empresas que realizam, administram e gestionam a atividade petroleira são empresas transnacionais, não equatorianas. Concretamente, no bloco 16 a empresa Repsol-YPF, com sede em Madrid (Espanha); nos blocos 18 e 31, Petrobrás, empresa estatal brasileira; e nos blocos 14 e 17, EnCana, empresa canadense.

Na missão, nos encontramos cidadãos nacionais destes Estados (Estado Espanhol, República do Brasil e Canadá) que pretendíamos verificar em que condições as empresas originárias de nossos países estão realizando suas atividades produtivas e comerciais, se se submetem ou não a legislação do Estado que as acolhe e, sobretudo, se suas políticas extrativistas e comerciais respeitam a diversidade ecológica e social da República do Equador.

A missão também foi formada por especialistas observadores equatorianos, peruanos e colombianos.

O espírito que nos alimentava residia na convicção de que a soberania e a conservação do patrimônio nacional não podem ser postas em dúvida por nenhuma empresa ou instituição, menos ainda se tais empresas são transnacionais, dado que como cidadãos dos estados mencionados tampouco nos agradaria que uma empresa transnacional burlasse a soberania de nossos Estados. Nesta missão nos esforçamos por conhecer e evidenciar as atuações destas empresas a fim de gerar mecanismos de controle sobre as mesmas com respeito a soberania do Equador.

A missão contou, de antemão, com informações sobre as atividades destas empresas. Estamos conscientes de que as três empresas (Repsol-YPF, EnCana y Petrobrás) possuem passivos socioambientais, razão pela qual nos esforçamos em verificar em que condições estão operando no Equador.

As operações destas empresas se dão dentro da Reserva da Biosfera Yasuní, conformada pelo Parque Nacional do Yasuní e pelo Território Huaorani. Estas duas condições: área protegida e território indígena lhe conferem um status especial e garantias internacionais tanto em matéria ambiental como de Direitos Humanos e Culturais.

Sabemos que a Constituição Equatoriana reconhece os Direitos Ambientais Coletivos e garante os Direitos Fundamentais dos Povos Indígenas (Arts. 84 al 86 da Constituição Equatoriana); assim como os direitos ambientais reconhecidos no Art. 23, número 6, da Carta Magna Equatoriana, que estabelece, "o direito a viver em um ambiente são, ecologicamente equilibrado e livre de contaminação" e garante a conservação da biodiversidade e das áreas protegidas (Arts. 86 al 91)

De maneira adicional, esta Missão de Verificação, que se apresenta com objetivos claros e com uma informação de base, a nosso juízo, bem consolidada, oferece como resultado alguns dados bem intencionados, práticos e confiáveis sobre a atividade petroleira na Amazônia Equatoriana. Trata-se de um aporte que pode servir ao Equador. Além disso, para nós que tomamos parte nesta missão de verificação, tratou-se de uma atividade que fortalece nossos compromissos com as causas sociais, culturais e ambientais do Equador.

c. Componentes da Comissão Internacional

Oferecemos a relação das pessoas que participaram desta Missão de Verificação, assim como nossa perícia para tomar parte da mesma de maneira pertinente e cabal.

Nomes e sobrenomes	Nacionalidade	Cédula	Profissão/Organização
Iñigo Azkona Bikandi	Espanhola	14264216-F	Fotógrafo/ Ekologistak Martxan
M <sup>a</sup> Asunción Puente Sánchez	Espanhola	16027861-N	Ambientalista/ Ekologistak Martxan
Rosa M <sup>a</sup> Lago Aurrecoechea	Espanhola	22746048-Z	Dra. em Energia/ Ekologistak Martxan - Universidade do País Vasco
María Rivasés Moñux	Espanhola	Q 670014	Antropóloga/ Universidade Granada
David Llistar i Bosch	Espanhola	A0038109570	Físico /Universidade Politécnica de Catalunya -Câtedra UNESCO-
Gemma Tarafa Orpinell	Espanhola	A0288908700	Dra. em biologia/ Observatório da dívida da Globalização
Sara La Torre	Espanhola	ESP P 41285	Estudante Ciências Ambientais / Universidade Autônoma de Barcelona
J. Leandro Velasco Vicente	Espanhola	Q 194853	Professor de economia /PROYDE - Projeto Equador; Plataforma de Comercio Justo Valladolid
Jeffer Castelo Branco	Brasileira	CO 853071	Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Operações Industriais/ Associação de Combate aos POP's e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Julianna Malerba	Brasileira	CK 911527	Socióloga/ FASE (Projeto Brasil Sustentável e Democrático) e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Scott Clerk	Canadense	NL 934552	Estudante de Desenvolvimento Econômico / GlobalAware
Hildebrando Velez	Colombiana	19358137	Engenheiro Químico e Sociólogo Industrial / Amigos da Terra, Comitê Executivo
Natalie Weemaels	Belga		Engenheiro agrônoma / Assessora do Congresso Nacional.
José L. Proaño	Equatoriana	1710883669	Antropólogo / Acción Ecológica
Eduardo Pichilingue	Peruana	71940765'0	Ecólogo; co-autor do Plano de Manejo do Território Huaorani
Aurora Donoso	Equatoriana	17042499-6	Ambientalista / coordenadora do Instituto de Estudos Ecologistas do Terceiro Mundo
Esperanza Martínez	Equatoriana	170606799-6	Auditora ambiental / Coordenadora da Oilwatch

## 2. DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO

### a. Organização preliminar

Nós, integrantes da missão, nos reunimos pela primeira vez em Quito, semana e meia antes da entrada ao Parque Nacional Yasuní/Território Huaorani. Se efetuaram várias reuniões com o propósito de organizar a expedição, sobretudo ao que se refere a orientação que daríamos a ela; como organizaríamos e sistematizaríamos a informação que já tínhamos e como conseguiríamos novas informações que considerávamos

necessárias a visita.

Nos dividimos assim em três comissões:

- i. Logística: organizar a viagem a nível prático, encontrar alojamentos, revisar material necessário, etc.
- ii. Permissões: aqui houve quem se encarregou de obter as permissões de entrada ao Parque Nacional Yasuní/Território Huaorani, assim como de informar aos estrangeiros de todos os tramites de saúde e burocráticos necessários para entrar ao Bloco 16 em condições seguras.
- iii. Informação: esta comissão estava encarregada de conseguir a informação previa que nos faltava a entrada.

Consideramos importante ressaltar que particularmente a comissão de informação foi detida em sua tarefa. Antes da partida realizou uma visita a Repsol-YPF em seus escritórios em Quito, Equador, na Av. 12 de Octubre. Ao perguntar sobre as operações de Repsol-YPF no Equador, que estações e campos tem, a comissão foi remetida de uma pessoa a outra que, ao final, lhe sugeriu obter informações na página web em meio ao argumento de que não havia ninguém na oficina que pudesse atendê-la.

Acudimos também a Unidade Ambiental da Petroecuador, supondo que deveriam ter a copia do Plano de Manejo Ambiental da Repsol- YPF para o Bloco 16, mas resultou que a empresa nacional não tem informação sobre o manejo que as empresas estrangeiras de petróleo e os recursos equatorianos. Iguamente, na DINAPA se iniciaram processos burocráticos para solicitar o Plano de Manejo Ambiental, mas o processo demorou tanto tempo, que foi impossível obtê-los antes da entrada em Yasuní.

#### b. Gestão de permissões

Em uma das primeiras reuniões de organização a missão de verificação acordou tramitar todos os permissões com as autoridades nacionais em vez de gestionar-los com a empresa transnacional, por considerá-lo desnecessário.

Nossa posição se argumenta no fato de que como missão estrangeira professamos um profundo respeito a soberania nacional.

O Ministério do Meio Ambiente nos indicou que a permissão devia ser dada pelo diretor do Parque Nacional Yasuní, Eng. Vicente Valarezo, que nos informou sobre as condições básicas de ingresso ao parque: pagamento de taxas, pagamento adicional pelo porte de câmaras fotográficas, vacinas contra febre amarela e a presença de um transporte que oferecesse garantias ambientais. Cumprimos todas estas condições.

No último momento nos foi informado que Repsol nos proibia utilizar "sua" estrada: "por mi estrada, no; busquen otra vía" (Sr. Remigio Rivera, comunicación telefónica). Este fato nos obrigou a buscar uma rota alternativa, que foi proposta, organizada e autorizada em conjunto com representantes da comunidade Guiyero e da

Organização do Povo Huaorani – ONHAE (Organização da Nacionalidade Huaorani da Amazônia Equatoriana). Entramos pela comunidade de Guiyero via fluvial, e iniciamos nosso trabalho.

#### c. Organização da Missão

A fim de maximizar o uso do tempo da Missão, nos organizamos em equipes de trabalho multidisciplinar e dividimos aspectos a observar e zonas a recorrer.

Organizamos duas equipes que desenvolveram seus trabalhos simultaneamente, um ao redor da comunidade movendo-se a pé, e outro se deslocando via terrestre em um veículo. Cada um dos dois grupos tinha responsabilidades internas e a responsabilidade de por atenção nos seguintes aspectos:

-Aspectos sociais do Povo Huaorani (incluindo saúde, alimentação e organização social).

-Aspectos ambientais (infra-estrutura petrolífera e estado da qualidade ambiental do Parque)

-Reações das Empresas quanto ao manejo da informação.

Alguns dos integrantes faziam o registro visual da Missão.

### 3. INFORMAÇÃO DE QUE DISPONHA A MISSÃO

A Missão de Verificação contava com a informações prévias ao ingresso ao Parque Nacional Yasuní/Territorio Huaorani, baseadas em uma extensa lista bibliográfica sobre as operações da Repsol YPF no Bloco 16, assim como das empresas que a antecederam (Conoco, Maxus):

- 10 Narváez Q, Ivan (1996): Huaorani vs Maxus; poder étnico vs poder transnacional; CEFS, Quito;
- 11 Plano de Manejo Ambiental de Conoco (1989);
- 12 Plano de Manejo Ambiental de Petrobrás;
- 13 As críticas realizadas por Acción Ecológica e Oilwatch sobre o Plan de Manejo Ambiental de Petrobrás.

### 4. DESCRIÇÕES E INFORMAÇÕES QUE TOMAMOS NO CAMPO

#### BLOCO 16: EMPRESA REPSOL YPF

##### 4.1. Sobre la "estrada Maxus"

Uma estrada de 180 Km foi construída atravessando o Parque Nacional Yasuní para servir à empresa Maxus. A construção foi realizada pela empresa brasileira Andrade Gutiérrez .

A estrada tem uma largura de aproximadamente 9 metros na parte

correspondente ao trânsito de veículos e 6 metros em cada margem, por onde passam o oleoduto e as linhas de alta tensão para os campos petrolíferos. Uma estação de geração de energia foi entregue pelo Estado Equatoriano a Maxus, como parte do pacote de benefícios a esta companhia para que seu negócio no Parque Nacional Yasuní fosse rentável.

Ao redor da estrada é notório um processo de reassentamento por pessoas de distintas comunidades Huaorani, assim como por indígenas Kichwas provenientes de outras regiões. Estes assentamentos são recentes, pois de acordo com relatos feitos por outras missões à zona há 12 anos, ali havia somente bosques primários, cujas árvores foram derrubadas durante a construção da estrada. Esta reorganização dos espaços de moradia tem efeitos similares aos processos de colonização externa, submetendo esses novos centros povoados a situações permanentes de risco. Esta situação coloca em questão as promessas feitas pela Repsol de evitar o assentamento nas zonas de risco.

Algumas casas foram construídas pela própria empresa. Recolhemos testemunhos que nos informaram que uma grande parte das casas ou foram feitas diretamente pela companhia, provavelmente como uma forma de frear a oposição de alguns líderes, ou por seus moradores com recursos dados pela empresa. Isto é visível no próprio padrão das moradias: casas de madeira com tetos de zinco, solo totalmente desnudo e rodeadas por grandes espaços desflorestados, o que tem pouco a ver com a tradição Huaorani. As novas comunidades, formadas a partir da entrada das petrolíferas e que seguem esses novos padrões de moradia, incluem:

- 1 Guiyero, Km. 32
- 2 Dois povoados conhecidos como Km. 36 e Km 58
- 3 Timpoca ou Tivacuno
- 4 Tihue
- 5 Dicaró,
- 6 Yarentaro
- 7 Quinta

Todos estes centros se criaram devido à presença da estrada.

É notório que ao largo da estrada há um alto grau de desmatamento. Nos centros povoados, que podem chegar a 4 ou 5 hectares, o desmatamento é extremo.

Nossas observações nos revelaram que, apesar de todas as tentativas da empresa de impedir o ingresso de observadores independentes sob o pretexto de controlar a colonização, tanto o controle do desmatamento quanto o da colonização não tem sido eficiente, e, pelo contrário, parece ser estimulado.

Quanto ao estado da estrada, no momento de nosso recorrido havia um tráfego intenso de contêineres, caminhões e caminhonetes, o que fragiliza o ecossistema da floresta. A poluição, o ruído e a emissão de gases que se gera pelo tráfego de veículos estressa e afugenta a fauna e afeta também à saúde da população local, modificando sua forma de vida. Por essa razão, cremos que a estrada é um dos principais fatores de aculturação para o Povo Huaorani.

#### 4. 2. Sobre a situação laboral dos trabalhadores

Anteriormente trabalhavam nos campos petrolíferos ao redor de 300 pessoas, mas, graças a reestruturação trabalhista da empresa, tendente à flexibilização, reduziu-se este número a 100 trabalhadores (segundo testemunho de um deles).

O sistema de contratação da Repsol YPF, sobretudo com relação à contratação de mão de obra indígena, os obriga a contratos de curto prazo, sem estabilidade trabalhista, nem oferece cobertura de seguridade social e de saúde. Se nota uma clara discriminação laboral nas condições salariais na proporção de 100 a 600 entre os Huaoranis e os trabalhadores externos. O salário não garante as condições de reprodução social para o empregado e sua família, agravando as já precárias condições a que os indígenas estão vinculados pelas atividades petrolíferas. São os próprios indígenas que tem de cobrir os custos de seus tratamentos de sua saúde, que, claramente, se fragiliza a partir da presença das petrolíferas. Não pudemos ter dados exatos sobre a incidência de problemas de saúde dos trabalhadores, uma vez que são atendidos pelos próprios serviços médicos da empresa (excetuando casos de acidente laboral), mas a percepção sobre os riscos e o histórico de enfermidades laborais aparecem nos relatos que recolhemos.

Os trabalhadores não contam com nenhum tipo de organização sindical por temor às possíveis sanções por parte da empresa. Tampouco há equipamento de proteção pessoal para os trabalhadores que trabalham por empreitada, que são os mais fragilizados, não possuindo salário fixo e nenhum tipo de garantia e seguridade social. Além disso, as jornadas, muitas vezes, excedem o que é razoavelmente adequado, chegando a estender-se a 11 horas por dia.

#### 4.3. Estações e poços

Ainda que não tenhamos conseguido chegar ao interior das instalações petrolíferas, obtivemos informações através da observação das áreas por onde conseguimos circular com a ajuda da comunidade e por testemunhos.

O que pudemos observar a partir tanto dos testemunhos como de uma visita a uma estação da Repsol que conseguimos visitar com a ajuda da comunidade é que quando chove há descargas das piscinas de rejeitos para os rios, provocando a contaminação da água e o desordenamento do ecossistema.

Adicionalmente há vários relatos de derrames. Nos foi informada a ocorrência, há alguns anos, de um derrame de petróleo bruto há apenas 4 Km de uma das comunidades. Um grupo dos membros da missão se deslocou ao lugar do derrame verificando que atualmente é um poço abandonado. Esse derrame afetou um "saladero", onde animais, sobretudo mamíferos, realizam ciclos vitais importantes. Notava-se restos de petróleo bruto tanto no "saladero" como no próprio poço.

Passamos por "El Paraíso", nome dado a uma estação de espera e incineração dos os rejeitos da petrolífera. A atividade de incineração ocasiona fortes impactos ambientais

porque libera emissões de dioxinas, furanos, metais pesados e outros componentes bio-acumulativos e nocivos à saúde. Inclusive há uma convenção internacional (Convenção de Estocolmo sobre POPs) para a eliminação destas emissões; vale destacar que o país de origem de esta transnacional ratificou esta convenção.

Também fomos informados sobre outros dois derrames no campo Capirón, sobre os quais ainda na atualidade se podem observar seus efeitos, dado que se sucederam há apenas um ano.

#### 4.4. Oleoduto

O oleoduto está enterrado tanto na terra como abaixo dos rios. Por ele o petróleo bruto flui a temperaturas muito altas. Inclusive soubemos que quando chove das tubulações do oleoduto sai vapor.

Existem letreiros que informam que em caso de emergência deve-se ligar para um número de celular em Quito. A Missão tentou fazer esta chamada a fim de verificar o sistema de emergência, mas foi impossível porque, ainda que suponhamos que a pessoa que deseje dar um alarme tenha um celular (coisa pouco provável entre os Huaorani), na zona não há sinal e menos ainda telefones públicos. Adicionalmente a comunidade nos informou que os letreiros são incompreensíveis para a maioria da população, sobretudo crianças e idosos que não sabem ler em espanhol.

Os acostamentos ao lado da estrada se mantêm ausentes de vegetação. De acordo com testemunhos, isto é obtido com o uso do trabalho da comunidade, principalmente das mulheres e com o uso de químicos, pois a missão observou impactos na vegetação características típicas do uso de defoliantes. Além disso, membros da comunidade confirmaram esta informação.

#### 4.5. Impactos sociais

Os Huaorani tradicionalmente tem sido um Povo muito igualitário. De acordo com vários estudos antropológicos, os Huaorani representavam um das sociedades indígenas com menor divisão de trabalho dentro das famílias. À caça saíam juntos e dividiam as tarefas da casa, do cultivo e das crianças. O que pudemos observar durante a Missão é que este modelo tem sofrido profundas transformações, ainda que haja diferenças as comunidades mais ou menos impactadas pelas petroleiras, segundo o próprio informe de um de seus líderes. Durante a Missão observamos uma situação terrível do ponto de vista social: violência contra as crianças, fome, uma profunda tristeza entre os indígenas e uma queixa permanente com relação às promessas que a empresa faz e não cumpre.

As demandas das comunidades nunca são satisfeitas a tempo e tampouco de forma plena. Isto cria nas comunidades um estado de permanente espera e dependência. As comunidades indicaram que necessitam dinheiro em efetivo porque tem dívidas que se referem a tratamentos de saúde em função de enfermidades pelas quais a empresa sequer se responsabiliza, embora pareça evidente sejam, direta ou indiretamente, fruto

das atividades petrolíferas .

Um dos impactos fortes identificados pela comunidade é que depois da entrada das petroleiras, os homens, em geral, bebem muito: como tem dinheiro, saem a feira em Pompeya (comunidade kichwa, local do porto de entrada da via Maxus) e compram bebida.

Ha versões que afirmam a existência de um prostíbulo no km. 36 da via Maxus, o que potencializa a presença de enfermidades de transmissão sexual, confirmando os relatos que encontramos sobre a incidência desse tipo de doença no Parque.

A recente presença dos militares é sentida pelas comunidades como uma estratégia das empresas de impor-lhes medo. Há denúncias, inclusive, de que indígenas, em estado alcoólico, que foram presos e maltratados por forças de segurança, fora do bloco.

Historicamente os Huaorani eram vistos como grandes guerreiros; a partir do contato petroleiro e demais contatos aculturadores, os Huaorani são relegados ao último posto da sociedade, tratados como incivilizados, ignorantes e vagos tanto pelas etnias indígenas como pela sociedade nacional.

Tivemos conhecimento de que a educação está também controlada e/ou limitada pela Repsol. A empresa acordou com o Ministério de Educação que eles se encarregariam de cobrir o salário de um professor (para manter uma escola unidocente), assim como os materiais escolares, a infra-estrutura para que as escolas funcionem, a merenda escolar, etc. Entretanto ela não tem cumprido com esses acordos. A empresa remite as reivindicações dos professores pelos salários atrasados (3 meses ou mais) ao Ministério de Educação, que por sua vez afirma que a Repsol não repassa os fundos que deve para manutenção da educação nas comunidades. Desta maneira ninguém assume a responsabilidade pela educação das comunidades Huaorani em zonas petrolíferas. Além disso, segundo um testemunho, depois da presença da Via Maxus e com a entrada do dinheiro nas comunidades tornou-se mais fácil comprar jogos educativos na cidade, substituindo os jogos de coesão social feitos a partir de elementos naturais por brinquedos comprados.

Alguns problemas de saúde que tem as crianças se devem, segundo testemunhos, à contaminação do rio Tiputini onde se banham. Este rio está contaminado pelas operações águas acima: inúmeras pessoas na comunidade nos disseram que já não há mais peixes. De acordo com testemunhos, os próprios médicos da companhia alertam pessoas que se adoecem ao banharem-se nos rios dizendo: "Você banhou-se no rio, já sabe que não deve fazê-lo porque está contaminado". Dado que os rios estão contaminados, aos indígenas é aconselhado, pela própria empresa, construir poços para retirar a água para banharem-se.

No Centro Médico de Coca, um médico nos informou que as principais enfermidades observadas no Território Huaorani são gastro-intestinais, respiratórias e dermatites.

Os próprios indígenas nos informaram que a partir dos 3 anos de presença da

empresa, as enfermidades aumentaram. As crianças apresentam doenças como hepatite, malária. Ultimamente tem surgido muitos casos de dengue, isto foi constatado por uma médica do Ministério de Saúde. Pelos próprios indígenas foi dito que isso se deve, entre outras razões, pelo manejo inadequado dos rejeitos deixado pela empresa na estação "El Paraíso" (local de despejo de lixo comum, estação incineração e de espera para transferência de resíduos tóxicos). Nas épocas em que chove, a estrada tem muitíssimo pó, o que provoca inúmeros problemas respiratórios.

Em caso de enfermidades, a empresa reconhece somente aquelas que são de baixo custo, como, por exemplo, picadas de serpente e pequenas lesões, excluindo fraturas ou enfermidades mais complexas, para cujo tratamento as pessoas devem ir para as cidades de Coca ou Tena para atender-se, tendo de pagar com recursos próprios e endividando-se por falta de dinheiro. Inclusive, há casos em que as comunidades tem tido de se deslocar até Quito para receber atenção sanitária.

Nos foi informado também que eram freqüentes os casos de abortos; a comunidade crê que é devido ao fato de que as mulheres apresentam gonorréia ou sífilis. Informes da imprensa e médicos da região relatam uma alta incidência de Hepatite B. Inclusive, o médico de Coca, que integra uma equipe que realiza visitas mensais às comunidades, nos informou sobre a possibilidade de que exista um caso isolado de Aids nesta zona, que ele não pôde diagnosticar por exames laboratoriais, mas que foi apontado nos sintomas de um enfermo. Consideramos muito importante destacar que doenças sexualmente transmissíveis não existiam nas comunidades Huaorani com tanta freqüência antes da entrada das petroleiras.

A situação de medo e incerteza e de dependência das petroleiras tem chegado ao extremo de interferir na dinâmica reprodutiva do grupo de forma que encontramos famílias indígenas que têm optado por reduzir o número de filhos preocupadas em não ter como mantê-los.

Quanto à alimentação, as pessoas da comunidade relatam que no rio Tiputini há três anos já não se encontram peixes, devido à contaminação por resíduos tóxicos das operações petroleiras águas acima. É irônico lembrar que a bacia do Tiputini era considerada como a bacia hidrográfica (dessa magnitude), com maior número de espécies de peixes no mundo. Apesar disso, alguns moradores Huaorani destas comunidades continuam utilizando a água deste rio para banhar-se e cozinhar.

De igual maneira, tem havido mudanças profundas na alimentação. Por um lado, para obter caça e pesca é necessário percorrer grandes distâncias, diferente de antes que se conseguia estes alimentos em áreas próximas às comunidades. Atualmente, tem-se de ir caçar em lugares distantes de suas comunidades entre 5 e 12 horas, dependendo da caça pretendida; para a pesca, a margem de distância é de três horas.

Adicionalmente foram introduzidos outros alimentos trazidos de Coca, graças ao processo de compra da comida: "Agora se compra o mesmo que o branco", disse uma das pessoas entrevistadas. As mudanças nos hábitos alimentares correspondem também à prática da empresa de entregar comida pronta aos indígenas, como parte dos acordos

que faz com a comunidade a fim de compensar os impactos de suas atividades sobre a caça e a pesca.

Nos foi informado que na Estação Científica da Universidade Católica (assentada em um dos acampamentos erguido pela Maxus para a construção da estrada) os Huaorani firmaram um convenio que os impede de caçar.

A empresa lhes entrega comida: às vezes, dá por umas semanas a merenda escolar com a intenção de transformar a este Povo, que até há 12 anos atrás era um Povo livre e soberano, donos dos bosques mais ricos do Planeta, em mendigos. A empresa responde com migalhas quando as comunidades fazem protestos e tomam a estrada.

Como resultado deste processo podemos afirmar que os Huaorani tem perdido sua autonomia e soberania alimentar.

#### 4.6. Impactos no processo organizativo do Povo Huaorani

De acordo com os testemunhos recolhidos, os Huaorani sentem que a Repsol lhes impede qualquer tipo de contacto com outras entidades ou organizações. Inclusive em uma ocasião proibiu a entrada de sacerdotes da Missão Capuchinha, exatamente como fez conosco ainda que havíamos sido recebidos de forma hospitaleira pela comunidade de Guiyero.

A própria ONHAE foi criada pela necessidade da empresa petroleira de ter um interlocutor com o Povo Huaorani de onde os líderes eram os anciãos e as decisões eram tomadas pela comunidade em conjunto. Da ONHAE participam jovens que falam espanhol e que são mais propensos à negociações.

As comunidades sentem que a empresa utiliza as demandas da comunidade como uma forma de mantê-los divididos e de fomentar o clientelismo de estes "novos líderes" que são mais próximos da empresa.

#### 4.7 Outros problemas relacionados: a devastação da floresta

Por denúncias de dirigentes Huaorani e do próprio Diretor do Parque Nacional tivemos conhecimento que no Parque há um problema de extração ilegal de madeira, fundamentalmente cedro. As reações da Repsol sobre este problema têm se limitado a denúncias, em alguns casos até apresentando fotografias e apontando os responsáveis, mas se omitem de quaisquer ações reais de controle, embora possuam recursos para isso, e se negam a cooperar com o Parque na resolução do problema.

Por informação da imprensa sabe-se que este é um dos problemas graves que enfrenta o Parque pelo severo impacto socioambiental que causa e que tem provocado, inclusive, mañanças internas entre os Huaorani.

### 5. OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELA MISSÃO

Quando nos encontrávamos realizando nosso trabalho dentro do Parque Nacional Yasuní e acompanhados por membros da comunidade Huaorani de Guiyero,

ao final da tarde, fomos interrompidos por ordem de Repsol. Não só nos foi proibido continuar como nos foi obrigado retornar à comunidade de Guiyero a espera da decisão da companhia .

Os funcionários da Repsol nos disseram de forma direta:

- 1 Que devíamos abandonar o Bloco 16 imediatamente;
- 2 Que seríamos transportados a Pompeya de onde eventualmente poderíamos passar a noite até ver quando regressávamos;
- 3 Repsol podia ordenar às Forças Armadas que nos desalojasse;
- 4 Que as comunidades Huaorani dependiam da Repsol;
- 5 Repsol utilizou para o Parque Nacional Yasuní, a metáfora de "sua casa".
- 6 Nos disseram que não havíamos solicitado as permissões a Repsol, que são os que devem decidir sobre o trânsito no Parque por terem licença de exploração dentro dele.

Diante disso, a Missão explicou que:

- 1 Não solicitamos as permissões a Repsol porque não reconhecemos sua autoridade sobre o Parque Nacional Yasuní e sobre o Território Huaorani.
- 2 A Missão contava com a permissão da comunidade Huaorani de Guiyero e da ONAHE
- 3 Também contávamos com a permissão do Ministério do Ambiente e da Direção do Parque Nacional Yasuní.
- 4 Havíamos cumprido todos os requisitos de segurança ao haver informado ao Parque os nomes, documentos de identidade e vacinas dos integrantes da Missão.

Expressamos nosso mal estar pelo papel desrespeitoso da Repsol frente ao Povo Huaorani, às autoridades nacionais e às Forças Armadas, ao assumir que são eles "os donos" e são quem tomam "as decisões" dentro do parque.

Após a intimidação (com uma ameaça de expulsão incluída e o virtual seqüestro a que Repsol está submetendo à comunidade Huaorani), realizada pela empresa em presença das Forças Armadas, claramente usada como um elemento coercitivo, a missão avaliou que tinha informação suficiente com o observado no dia e decidiu continuar com a missão deslocando-se para os blocos 31 e 14, onde, respectivamente, Petrobrás pretende explorar e Encana já explora fontes petrolíferas.

## BLOCO 31

### EMPRESA PETROBRÁS

Para nossa saída a única opção que tínhamos era a utilização do transporte fluvial das Forças Armadas dado que os meios de transporte que havíamos previsto para nosso deslocamento nos foram negados pela Repsol. No segundo dia de nossa Missão

descemos o rio Tiputini, a partir de Guiyero até a área de concessão da Petrobrás.

A missão havia decidido avançar até o bloco 31 dado que está atualmente em fase de aprovação da concessão para a Petrobrás e queríamos observar qual era o estado prévio da área a exploração petroleira.

Desde a margem do rio se observam bosques em estado maduro, sem intervenção e de incrível beleza. Há uma diferença notória das zonas que sofreram intervenção petroleira, que corresponde ao bloco da Repsol, onde uma grande extensão contém bosques de vegetação secundária.

Fizemos a observação exclusivamente no limite do bloco, devido à distância não pudemos ingressar dentro e observar os trabalhos e impactos produzidos pelas atuais operações. É presumível a presença de populações no interior desta área que conserva suas tradições, sua soberania, sua autonomia e sua saúde na medida em que têm um território são; populações que consideramos que devem ser protegidas.

A despeito disso, por entrevista com o diretor do Parque Nacional tivemos conhecimento que Petrobrás está provocando já impactos físicos, tendo construído 7 casas de concreto armado. Há também impactos prévios feitos pela empresa Perez Compac na ocasião dos trabalhos sísmicos: heliporto, poços exploratórios, acampamentos; relatados em um informe da ONG Acción Ecológica.

Um Huorani do setor nos informou que Petrobrás tem comunicado que iniciará a construção da infra-estrutura prevista (estação central, estrada, oleoduto) no mês de Setembro.

O Diretor do Parque nos informou que esta empresa não atende aos chamados do Parque e que, pelo contrário, a comunicação resulta frustrante, pois pelo telefone pode-se perder muito tempo com mensagens e instruções que tornam impossível falar diretamente com alguém.

## BLOCO 14

### EMPRESA ENCANA

O terceiro dia da Missão consistiu em visitar o Bloco 14 da empresa EnCana. Fomos alertados de um derrame denunciado no dia 19 de julho de 2004 em Miwaguno. De acordo com a denúncia, o petróleo bruto havia descido até rio Piraña, a 2 km da comunidade de Tobeta. Soubemos que o derrame afetou a comunidades Shuar, Kichwa, Huorani além de colonos.

O derrame não pôde ser observado porque igualmente nos foi impedido o acesso à zona. A estratégia da empresa se valeu de pessoas da comunidade que foram cooptadas. A empresa tem se aproveitado de conflitos internos entre famílias, comunidades e Povos que estão envolvidos em situações muito delicadas de violência. Estes conflitos têm uma explicação nas disputas de territórios provocadas pela presença da própria empresa; e também pelo trabalho oferecido por ela.

A Missão pretendeu entrar mais além da comunidade de Miwaguno, até Tobeta,

onde se encontrava o derrame. A esposa de um dos líderes não autorizou a passagem por sua comunidade porque temia arriscar os escassos benefícios que recebe da petroleira.

Os de colonos da comunidade Rodrigo Borja assentados na fronteira do Parque e que tem alguns lotes da cooperativa dentro do mesmo contaram que este derrame aconteceu no dia 4 de julho e que foi dentro do Parque Nacional Yasuni porque é ali onde estão os poços e tubulações da companhia. Segundo eles, o derrame aconteceu graças a uma ruptura nas tubulações e, ainda que não tenha sido possível calcular, os relatos referem-se a uma quantidade considerável de petróleo. A empresa contratou uma família de Huaorani que vive no lugar para impedir o trânsito de pessoas até a área do derrame e lhes proibiu de dar quaisquer informações a respeito. Soubemos, todavia, que a empresa procedeu a atividades de limpeza, mas desconhecemos os métodos e o resultado.

As comunidades denunciaram ainda que há seis meses houve outro derrame no mesmo local. No caso deste derrame o Departamento Ambiental do Município de Orellana fez uma inspeção conjuntamente com o Ministério do Ambiente, mas não foi dado seguimento às denúncias.

Ironicamente, um representante da empresa afirmou que "as comunidades vivem dos derrames" (Wilson Mendez, em conversa informal), insinuando que as comunidades esperam que haja fugas ou derrames para exigir as indenizações. Também comentou que "a empresa não interessa o nível de contaminação que há atualmente na zona".

Consideramos que os efeitos sociais, culturais e ambientais observados no bloco 16, operado pela Repsol, podem ser reiterativos nesta zona.

## 6. CONCLUSIONES DA MISSAO

1. Há uma clara dificuldade em conseguir informação, tanto nos escritórios em Quito como nos terrenos das operações petroleiras sobre os impactos ambientais das empresas que operam no Parque Nacional Yasuní. Nas tentativas realizadas, as empresas argumentam que não têm a informação ou que é necessário fazer um largo trâmite burocrático para entregá-la, o que dificulta o acesso e a transparência das operações. Nas instâncias públicas onde deveria existir esta informação, como no escritório do Parque Nacional Yasuní, não há nenhuma.
2. É inaceitável o papel de dona a que pretende se julgar Repsol, afetando a soberania do Povo Huaorani e do Estado Equatoriano e auto arrogando-se autoridade sobre as instituições públicas.
3. Os obstáculos postos para observar suas operações de campo, dão lugar a uma legítima suspeita sobre os impactos que podem estar causando, os derrames, acidentes, incidentes e operações ordinárias, que deveriam ser investigados.
4. O tipo de relação estabelecida pela Repsol com as comunidades Huaorani, que é

de controle, dominação e dependência implicam numa violação ao direito desse povo a autodeterminação; afeta à cultura, valores e conhecimentos que determinam seu estilo de vida; e supõe uma ausência de proteção deste direito e que deveria ser exercido pelo Estado. Repsol violenta a soberania tanto de estado como do Povo Huaorani. A tecnologia desenvolvida dentro do Parque Nacional, por tudo o que podemos observar não é "tecnologia de ponta". Nas observações realizadas são evidentes os impactos ambientais, o desmatamento, a contaminação dos rios, e a crítica situação de saúde do Povo Huaorani, habitante do Parque e proprietário ancestral destes territórios. A comissão considera que nenhuma tecnologia poderia garantir a salvaguarda de uma área de tamanha riqueza e, ao mesmo tempo, vulnerabilidade.

5. O Parque Nacional Yasuní é uma das zonas de maior importância a nível mundial, devido a sua diversidade biológica e cultural, seu endemismo e sua importância dentro do sistema ecológico como parte fundamental da bacia amazônica. Atividades como a de exploração petrolífera são incompatíveis com a integridade desta área, mais grave ainda quando está a cargo de empresas estrangeiras petrolíferas (Occidental, Repsol, Encana, Petrobras), que tem históricos socioambientais devastadores.
6. A presença das petrolíferas estrangeiras no Parque Yasuní gera e tem gerado uma enorme dívida social, cultural e ecológica com os Povos indígenas e o país que tem de ser reparada.

## 7. PROPOSTAS DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE VERIFICAÇÃO

1. O processo de licenciamento ambiental do bloco 31, zona núcleo do Parque Nacional, deve ser detido a fim de preservar e manter a integridade da área, seja pela biodiversidade que ela possui seja pela proteção dos povos que nela habita.
2. Uma auditoria ambiental e social independente, que de conta dos impactos reais das atividades petrolíferas no Parque Yasuní e que permita desenvolver uma agenda de restauração da área deve ser iniciada.
3. Os trabalhos de instâncias de fiscalização da sociedade civil devem ser respeitados e facilitados a fim monitorar os critérios, as auditorias e a aplicação dos resultados e garantir a independência deste processo.
4. Ações imediatas para deter o desmatamento e mortalidade de espécies animais dentro do Parque devem ser assumidas.
5. Se faz imediata a necessidade de se iniciar um processo de recuperação da autonomia e soberania do Povo Huaorani no que hoje é o Parque Nacional, como forma de garantir sua sustentabilidade.
6. As leis que proíbem atividades destrutivas nas áreas de conservação devem ser respeitadas e revisadas no sentido de serem fortalecidos seus mecanismos de

aplicabilidade.

7. Promover informes oficiais e legais por abuso de autoridade, auto atribuição de funções e desrespeito as autoridades nacionais pela empresa Repsol.

Os integrantes dessa Missão se comprometem a impulsionar campanhas de informação e denúncia nos países de origem das empresas a fim de sensibilizar a opinião pública, iniciar processos de pressão contra as mesmas e a seus estados com o objetivo de demandar suas responsabilidades.